

## Importa falar em financiamento da educação em meio ao “fim do mundo”?

O ano de 2026 começa com desafios em âmbito global dificilmente imaginados, mesmo para os mais otimistas.

As taxas de centralização da riqueza acentuam-se de maneira escalonar, paralelamente ao aumento da pobreza. Indicadores-chave das desigualdades são lastimáveis. Relatório da Oxfam (2025) informa que, desde 2020 (ano da pandemia da Covid-19), os bilionários enriqueceram 81%, enquanto 50% da população vive abaixo da linha da pobreza.

As balizas políticas, sob as quais se assentavam um já desigual e predatório modelo de acumulação e distribuição da riqueza, dá lugar a um renovado e mais cruel imperialismo sem máscaras, para o qual acordos multilaterais não são recursos a serem acionados. A velha ordem mundial está em ebulição e com ela muitos dos direitos conquistados.

Nesta conjuntura, o compromisso com a educação pública, gratuita, laica e em condições adequadas, que favoreça seu usufruto por todas as pessoas, indistintamente, também está em xeque. Em âmbito mundial, as campanhas para que percentuais da dívida dos países mais pobres sejam revertidos em fundos para a educação permanecem como meros *slogans* de muitas narrativas e na agenda de muitos ativistas, sem que se tenha sucesso. Em 2024, a dívida pública geral interna e externa chegou a US\$ 102 trilhões, sendo que 46 países em desenvolvimento, concentrados no sul global, gastavam muito mais com juros da dívida pública do que com todas as políticas sociais, em especial com saúde e educação (Unctad, 2015).

A educação escolar, embora consagrada como direito para todos e todas, na maioria dos países, na prática, vem sendo negada a milhares de crianças, jovens e mulheres. Apoiados em discursos anticiência, reacionários, individualistas e fetichistas, muitos governos questionam a função social da educação escolar naquilo que ela tem de mais universal: o contato com o diferente. Portanto, permanece em pauta o debate e as necessárias ações para que o direito à educação seja efetivado. E responder a estas questões é fundamental. Qual a função social da escola e da universidade hoje? Qual o custo social do desmantelamento dos sistemas públicos de ensino? Qual o custo econômico de medidas governamentais que desqualificam a formação das novas gerações?

Perguntas como estas terão em nossa revista um espaço para o exercício da reflexão por meio da Publicação da **Seção Temática sobre Economia da Educação**.

Mas as problemáticas envolvem ainda estudos sobre as consequências da revolução informacional (Lodjicine, 1989). As BigTechs (Apple, Microsoft, Alphabet-Google, Nvidia, Amazon, Oracle e Meta) controlam os ambientes escolares em escala mundial, seja pela comercialização de *hardwares* associados a *softwares* e *apps*, de serviços baseados em

nuvem ou pela oferta de Inteligências Artificiais (IA)<sup>1</sup>. As corporações, associadas ao mercado financeiro e às *bigtechs*, incidem sobre Fóruns globais, acenando para a incorporação da educação aos seus portfólios, comercializando insumos pedagógicos e prescrevendo “soluções” tecnológicas como derradeiras ferramentas para uma expectativa globalizada e desterritorializada de “qualidade” educacional.

Direta ou indiretamente associada à adoção de tais ferramentas, o trabalho docente vem sendo desqualificado e sistemas de ensino, que ainda contam com mecanismos de profissionalização, como plano de cargos e carreiras, encontram-se em declínio. As condições de trabalho docente serão analisadas pelo conjunto de artigos que compõem a **Seção Temática “Condições de trabalho, remuneração e carreira docente no contexto atual”**.

No que se refere à agenda nacional, em torno de um projeto de educação que garanta sua oferta com a qualidade necessária a todas as pessoas que a demandam, as conquistas continuam parciais e resultam da ação diuturna de ativistas, pesquisadores(as) e organizações da sociedade civil, como a Fineduca. Tivemos a aprovação da Lei Complementar nº 220, de 31/10/2025, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e define as orientações para a implementação do regime de cooperação entre entes federados. O SNE complexifica a governança da educação nacional ao criar instâncias de gestão e monitoramento de políticas educacionais que podem concorrer com Conselhos e Fóruns já em funcionamento nos diferentes níveis de governo.

No texto da respectiva lei, a recorrente e fundamental menção ao Custo Aluno Qualidade (CAQ)<sup>2</sup>, como base para a definição do padrão mínimo de qualidade para a educação básica, mecanismo previsto na Constituição Federal desde 2020 (EC nº 108/2020), explicita a urgência na definição e regulamentação da sistemática para seu cálculo, premência que, em ano eleitoral, poderá sofrer ainda mais com a interferência de interesses conjunturais.

A restrição orçamentária, em busca de um questionado equilíbrio fiscal, segue como meta do atual governo e dos interesses do mercado financeiro, acrescida pelas emendas parlamentares impositivas que retiraram 31,5 bilhões do orçamento em 2025, balizaram as opções de políticas para a educação, colocando em risco a vigência da vinculação orçamentária para a educação, constitucionalmente definida.

A Revista Fineduca, desde sua criação em 2011, é protagonista na disseminação de estudos e pesquisas no campo do financiamento da educação em todos os níveis e na divulgação de evidências que atestem a importância da educação pública para toda a população brasileira, o que exige financiamento estatal adequado e com controle social. Em 2026, não será diferente. É exatamente em momentos como o atual que importa, sim, falar em financiamento da educação como um direito de todas e todos brasileiros!

<sup>1</sup> Vale lembrar o acrônimo NINA, criado pelo neurocientista Miguel Nicolelis, para quem a IA não é “nem inteligente, nem artificial” (NINA).

<sup>2</sup> Convidamos aos/às leitores/as a conhecerem a Nota técnica *FUNDEB com Qualidade: no caminho da justiça federativa, igualdade e qualidade na educação básica. Estimativas do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi)*. Nota Técnica da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, disponível em: <https://fineduca.org.br/fundeb-com-caq-fineduca-e-campanha-divulgam-nota-tecnica-sobre-as-estimativas-do-caqi/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

## Referências

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **A World of Debt**. Report 2025.

**Theresa Adrião** é mestre e Doutora em Educação. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Editora da Revista Fineduca.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1181-5873>

E-mail: [theadria@unicamp.br](mailto:theadria@unicamp.br)

**Rosana Gemaque** é Mestre e Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Editora Associada da Revista Fineduca.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6475-0172>

E-mail: [rgemaque@uol.com.br](mailto:rgemaque@uol.com.br)

**Márcia Jacomini** é Mestre e Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Membro do Comitê Editorial da Revista Fineduca.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2936-3174>

E-mail: [jacominimarcia@gmail.com](mailto:jacominiMarcia@gmail.com)

**José Marcelino de Rezende Pinto** é Mestre e Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). Membro do Comitê Editorial da Revista Fineduca.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8355-2561>

E-mail: [jmrpinto@ffclrp.usp.br](mailto:jmrpinto@ffclrp.usp.br)

**Cassia Domiciano** é Mestre e Doutora em Educação. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Comitê Editorial da Revista Fineduca.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3030-2416>

E-mail: [cassiadomiciano75@gmail.com](mailto:cassiadomiciano75@gmail.com)

**Vera Jacob Chaves** é Mestre e Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Comitê Editorial da Revista Fineduca.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3128-3659>

E-mail: [veraluciajacob@gmail.com](mailto:veraluciajacob@gmail.com)

